

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA DE PINHEIROS
Biênio 2025 - 2026

No dia 1 de outubro de 2026, em primeira convocação às 19h00min, horário de Brasília, de forma presencial nos termos da Lei 15.764/2013, regulamentada pelo Decreto 59.023/2019 e Portaria 002/PREF/CC/SERS/2020, deu-se início a reunião 21ª plenária ordinária do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros;

Sendo informado a todos que a reunião estaria sendo gravada para fins de elaboração da ata, que ficou a cargo da mesa coordenadora com a revisão dos demais conselheiros.

Lista presença dos Conselheiros

Nome	Situação	Distrito	Presença
VIVIANE S MAXIMINO	TITULAR	ALTO de PINHEIROS	presente
SILVERIO NERY	TITULAR	ALTO de PINHEIROS	ausente
André Fernandes Colin	TITULAR	Alto de Pinheiros	ausente
CARLA NIETO VIDAL	TITULAR	ALTO de PINHEIROS	presente
ZEZÉ NOGUEIRA	TITULAR	ALTO de PINHEIROS	presente
MARIO LUIS PECORARO	TITULAR	ALTO de PINHEIROS	ausente
JOÃO CARLOS VILLELA DE FREITAS	TITULAR	ITAIM BIBI	ausente
CÍNTIA CURY	TITULAR	ITAIM BIBI	presente
ARTHUR ROCHA RIBEIRO	TITULAR	ITAIM BIBI	presente
JUSILEIA ROCHA DE OLIVEIRA	TITULAR	ITAIM BIBI	ausente
VALERIA RUEDA	TITULAR	JARDIM PAULISTA	presente
VÂNGELA SUELY COSTA VELOZO	TITULAR	JARDIM PAULISTA	ausente
CLAUDIA FERREIRA CRUZ	TITULAR	JARDIM PAULISTA	ausente
MAURO LANZONI	TITULAR	JARDIM PAULISTA	ausente

MARIA FERNANDA SALLES DE AGUIAR	TITULAR	PINHEIROS	presente
LAURITA RICARDO DE SALLES	TITULAR	PINHEIROS	presente
CELSO MEIRELLES CASE	TITULAR	PINHEIROS	ausente
ROGÉRIO BERTANI	TITULAR	PINHEIROS	presente
SEBASTIÃO DA SILVA MONTEIRO	TITULAR	JARDIM PAULISTA	presente

Presentes online e presencial: Andrea Moro, Andrea S. Vizzoni (CET), Fernanda Meireles Ferreira, Fran de Oliveira (Governo Local), Hugo Alabi, Jorgina Nello, Katia Goldberg Lohn, Katia Mine, Moacir Fernandes, Palmyra D. Barreiros, Regina Cintra, Willian Wahn

1. Abertura e verificação de presença

A 21ª Reunião Ordinária do CPM Pinheiros foi aberta pela Mesa Coordenadora, que procedeu à chamada nominal dos conselheiros. Registrou-se também a presença de munícipes, de representante da CET e de dois convidados para a apresentação técnica sobre redes elétricas subterrâneas.

2. Pauta

Informes sobre os projetos em andamento do Orçamento Cidadão (Participe+ 2025 e 2026)
Devolutivas solicitadas ao CPM e atualização geral
Eleições do CPM para o biênio 2027–2028
Inscrições e manifestações de munícipes

Apresentação técnica sobre redes subterrâneas de energia e telecomunicações

3. Informes iniciais: segurança pública no território

A Mesa registrou pesar pelo falecimento do Sr. Renato Moreira, baleado durante um assalto no Brooklin, e manifestou solidariedade à família. Foi lembrado que, segundo levantamento divulgado na véspera, a Subprefeitura de Pinheiros ocupa o segundo lugar em ocorrências de assalto na cidade, e que reportagens veiculadas em diversos veículos da imprensa apontaram falhas no funcionamento do sistema Smart Sampa. O Conselho deixou registrada sua preocupação com o agravamento da violência urbana no território.

4. Balanço dos projetos do Orçamento Cidadão (Participe+ 2025 e 2026)

Foi apresentado balanço consolidado das propostas dos ciclos OP no Participe+ 2025 e 2026, com o seguinte cenário:

Concluídos

- 12 jardins de chuva, executados com verba remanescente de 2025.

- Drenagem e revitalização da Praça José Carlos Burle, na Rua Girassol, que apresentava grave problema de erosão. A praça segue recebendo mutirões de plantio e tem inauguração prevista entre novembro e dezembro. Registrou-se que recebeu também aporte de emenda parlamentar, cujo autor não foi nomeado em razão do período eleitoral.
- Restauro de ruas de paralelepípedo: das 15 previstas, 14 passaram por processo de restauro, mas ainda há ruas com problemas.

Em execução e em licitação

- Praça Benedito Calixto: obras iniciadas, com prazo de execução de 60 dias.
- Praça Silveira Santos (acesso à Praça Pan-Americana): em licitação.
- *Traffic calming* na região da Rua Caminha de Amorim, área com várias escolas: licitado.
- Horta Lisboa (Rua Lisboa), com verba remanescente de 2026: licitação prevista para 20 de outubro. Foi solicitado que o grupo responsável finalize o projeto e o devolva à Subprefeitura com urgência.
- Drenagem da Praça **Panamericana**: licitação prevista para 4 de novembro.

Em estudo

- Nova rede de 12 jardins de chuva (proposta 2026).
- Revitalização da Praça Harmonia dos Sentidos, na Rua Harmonia.
- Manejo de quatro a cinco praças, projeto-piloto do CADES com recursos do **OP no Participe+** monitorados pelo CPM, sob liderança do CADES. Informou-se que o manejo das praças e a Praça Harmonia dos Sentidos devem ser unificados em uma única contratação, por meio da ampliação dos serviços de empresa que já atende a Subprefeitura, o que exige acompanhamento atento.

A executar

- Contratação **de Assessoria para a implementação** do Plano de Bairro, que aguarda autorização do Subprefeito (portaria) para execução pela SP Urbanismo.
- *Grooving* da Rua Peixoto Gomide (proposta 1396), obra da CET.
- Novos acessos à ciclovia da Marginal, que não foram aprovados em razão de obras de infraestrutura.

Registrou-se que o prazo médio de execução informado para esses projetos é de dois a quatro meses.

5. Jardins de chuva: avaliação e recomendações

Foram listados os jardins de chuva concluídos, entre eles os da Praça Jacobá (Vila Ida), Rua Roque Petrella com Rua Miguel Sutil (Brooklin), Avenida das Corujas, Rua Caminha de Amorim, Rua Artur de Azevedo, Rua Miguel Sutil com Rua Francisco Dias Velho (Brooklin), Rua Arruda Alvim com Rua Dr. Arnaldo, Rua Abegoária com Rua Simpatia, Praça Professora Emília Barbosa Lima, Rua Galeno de Almeida e Praça Cecília Perigo Saldiva.

O Conselho constatou que diversos jardins apresentaram falhas construtivas e paisagísticas: não seguiram os termos de referência da própria Prefeitura, exigiram refação e troca de construtora, tiveram mudas que não vingaram e, em alguns casos, passaram a receber descarte irregular de lixo e entulho. Foram citados como especialmente insatisfatórios o jardim da Praça Emília Barbosa Lima e o da região da Rua Caminha de Amorim.

Foi esclarecido que todos os jardins executados passaram por aprovação prévia da engenharia da Subprefeitura e da CET, que valida inclusive a geometria das intervenções. Registrou-se ainda que a Subprefeitura tem sido parceira no acompanhamento, determinando o retorno das empresas quando necessário.

O debate apontou como causa central a contratação pelo critério exclusivo de menor preço, que resultou em execuções deficientes, situação que se repetiu no restauro das ruas de paralelepípedo. Também se mencionou o contato de uma mestrandia da USP que pesquisa jardins de chuva e contribuiu para essa reflexão.

Deliberação: o colegiado formou consenso no sentido de registrar, no relatório final do mandato, uma página de recomendações por tipo de projeto, propondo:

- termos de referência claros e específicos para cada tipo de obra;
- estudos técnicos prévios de volume e fluxo de água, para que os jardins funcionem de fato como jardins de chuva;
- capacitação técnica das equipes envolvidas;
- modalidades de licitação que combinem técnica, preço e histórico comprovado das empresas.

Ficou também encaminhado um mutirão para vistoriar, um a um, os 12 jardins concluídos, apontando o que precisa ser corrigido antes do fim do mandato, inclusive com plantio.

Para a nova proposta de 2026 (12 jardins), informou-se que o CPM já indicou 16 locais, anexou 25 pontos sugeridos pelo CADES e cerca de 60 endereços adicionais, totalizando quase 100 endereços no território para a seleção. A expectativa é que a execução ocorra ainda neste ano, evitando empenho de recursos para o próximo exercício. A reunião de novembro será dedicada **ao OP no** Participe+.

6. Rua Joaquim Antunes: solicitação do CONSEG

O CONSEG solicitou a implantação de jardins de chuva na Rua Joaquim Antunes, sob o viaduto da Rua Teodoro Sampaio, local com recorrência de assaltos, onde caminhões de entrega de móveis estacionam e servem de esconderijo para criminosos.

Após análise conjunta com engenheiros da Subprefeitura, concluiu-se que o local é impróprio para jardim de chuva, por falta de incidência solar sob o viaduto, e que a proposta da CET corresponde, na verdade, a um alargamento de calçada que impeça o estacionamento irregular, eventualmente com vasos ou bancos.

Encaminhamento: como não houve deliberação formal nesta reunião, a priorização dessa intervenção será submetida a votação online dos conselheiros. A intervenção já foi incluída

na lista de locais da proposta de jardins de chuva, com priorização a ser alinhada com a Subprefeitura. Sugeriu-se também buscar recursos próprios da Subprefeitura ou da SMSub (SIURB? não dá para entende o que é; Secretaria Municipal de Subprefeituras?) para a obra.

Registrou-se ainda que a revitalização do viaduto, que constava da lista de propostas para 2027, não foi aprovada pela Secretaria de Obras em razão do alto custo, tendo o CPM alertado para o risco de impacto viário na cidade caso a estrutura **apresentasse** problemas.

7. Ruas de paralelepípedo - 15 ruas de paralelepípedo (prop. 3259) - Rua Geórgia (288 a 2072); Rua Arruda Alvim (12 a 208); Rua Navarro de Andrade; Avenida Portugal (Bartolomeu Feio – Roque Petrella); Rua Roque Petrella (Av. Portugal – Brito Peixoto); Rua Brito Peixoto (Nicolau Barreto – Bartolomeu Feio); Rua Francisco Dias Velho (Av. Santo Amaro – Brito Peixoto); Rua Ministro Luís Gallotti (Roque Petrella – Bartolomeu Feio); Rua Oscar Gomes Cardim (Av. Roberto Marinho – Álvaro Rodrigues); Rua Álvaro Rodrigues (Av. Portugal – Av. Jurubatuba); Rua Guiné; Rua Afrânio Junqueira (próx. Roque Petrella); Rua Sebastião Velho; Rua Benjamim Egas; Rua Alcides Pertiga; Rua Ministro Costa e Silva (Sabesp)

A avaliação do Conselho é de resultado desigual: algumas ruas ficaram razoavelmente recuperadas, mas a maioria não alcançou a qualidade esperada. Apontou-se como causa a falta de termo de referência que trate o serviço como restauro, e não como manutenção comum, além da ausência de calceteiros profissionais. A única rua com resultado considerado razoável foi aquela integralmente refeita após a Sabesp quebrar o pavimento para reparos de tubulação, episódio que também evidenciou a falta de comunicação entre órgãos públicos.

Foi destacada a importância de preservar as poucas ruas de paralelepípedo da cidade, desejo de muitos moradores, por suas qualidades térmicas, de permeabilidade, segurança viária (diminuição da velocidade dos automóveis) e paisagísticas.

Registrou-se o desgaste particularmente sensível na região do Brooklin, onde moradores se sentem desprestigiados frente à qualidade das obras, e o reconhecimento de que o Conselho precisa olhar com mais atenção para essa ponta do território.

Deliberação: solicitar a elaboração de um manual técnico de restauro de paralelepípedo para orientar a administração, as secretarias e as empresas contratadas, e incluir recomendações análogas às dos jardins de chuva no relatório final.

8. Caso da Travessa Deocleciana e resposta ao CONSEG

8.1 Atualização do caso

Foi apresentada a atualização do projeto de galeria de águas pluviais da Travessa Deocleciana de Oliveira (proposta 1951), travessa da Rua Cristiano Viana, nas proximidades da Rua Cardeal Arcoverde. A moradora Sra. Jorgina Nello, que convive com alagamentos desde 2000, chegou ao CPM em maio de 2025 por intermédio do CONSEG e passou a participar das reuniões do Conselho. Os alagamentos atingem também imóveis

vizinhos e uma igreja, configurando um problema do território, e não de uma única residência.

A proposta recebeu R\$ 700 mil pelo OP no Participe+, mas o processo não avançou porque a SIURB vinculou os projetos de drenagem a obras maiores das bacias. Segundo o Secretário da SIURB, em reunião anterior com o CPM, o caso ocupa a 25ª posição no ranking de cadernos de drenagem da cidade.

O CPM entrevistou a moradora e produziu documento com o histórico completo do caso, compartilhado com a Subprefeitura e disponível a quem solicitar. Na data desta reunião, realizou-se visita técnica ao local com o Subprefeito e a SP Urbanismo, convidada por sua capacidade de inovação urbana.

Encaminhamento: realizar, em 15 dias, nova reunião com o Secretário da SIURB, a SP Urbanismo, a moradora e o Subprefeito, com convite ao CONSEG, para definir uma solução definitiva.

8.2 Resposta do CPM ao CONSEG Pinheiros

A Coordenação informou que o CONSEG solicitou relatório formal e minucioso sobre a atuação do CPM no caso. Por entender que a coordenadora não tem autonomia para produzir relatório sem anuência do Pleno, e que as informações do Conselho são públicas, a Mesa trouxe o tema à plenária. Foi lembrado que todas as reuniões são registradas em

atas oficiais, publicadas no Diário Oficial, e que não cabe ao Conselho produzir relatórios individuais sob demanda.

O Pleno registra a seguinte resposta:

O CPM Pinheiros recebeu do CONSEG Pinheiros solicitação de informações sobre sua atuação no caso dos alagamentos da Travessa Deocleciana, no período de maio de 2025 a 29 de setembro de 2026.

Os conselhos são instâncias autônomas, cada qual com seu mandato, sua composição e sua forma de responder à população. O CPM não tem, entre suas atribuições, a prestação de contas a outros conselhos. Ainda assim, por entender que somos parceiros no território, e porque o tema se tornou de interesse público, as questões foram trazidas ao Pleno para resposta aberta e registro em ata, que é o instrumento oficial e público do Conselho. Por razões de proteção de dados pessoais (LGPD), o CPM não elabora relatórios com nomes e dados sensíveis, e a coordenação não se torna detentora exclusiva dessas informações sem anuência do Pleno.

Linha do tempo

- 30/09/2000: a moradora se muda para a Travessa Deocleciana de Oliveira.
- 13/12/2000: primeira enchente registrada.
- 2000 a 2024: alagamentos recorrentes, documentados pela moradora em sucessivos pedidos e processos ao longo de diferentes gestões.

- 2024: a SIURB abre consulta pública sobre o controle de cheias da Bacia do Córrego Verde.
- Janeiro de 2025: a SIURB publica concorrência [nº 931/24, conferir], processo SEI [conferir número], para o projeto executivo de obras de microdrenagem na Travessa Deocleciana com as ruas Cristiano Viana e Cardeal Arcoverde, com valor registrado no Fundo Municipal de Saneamento de R\$ 5.579.145,50 [conferir].
- 03/02/2025: habilitação do consórcio [conferir nome].
- 2025: a proposta da galeria do Córrego Verde (braço 2) é aprovada no Participe+ para execução em 2026, com R\$ 700 mil destinados ao início do projeto. A própria análise técnica da SIURB reconhece que a intervenção é necessária, mas de grande escala.
- 2026: o CPM passa a acompanhar o caso de forma contínua, realiza reunião com o Secretário da SIURB, protocola dois ofícios e cobra a Subprefeitura em sucessivas interlocuções, conforme registrado em atas.
- Março de 2026: seis movimentações de instrução do processo de contratação passam a constar no monitoramento do Participe+.
- Maio de 2026: autuado novo processo, com nota de reserva nº 29.923 para os R\$ 700 mil.
- 11/09/2026: o CPM entrevista a moradora e elabora o documento "Jorgina e a Bacia do Córrego Verde", que reúne 26 anos de registros e encaminha perguntas objetivas à SIURB, à Defesa Civil, ao licenciamento urbanístico e à Subprefeitura.
- 29/09/2026: reunião do CPM com o CONSEG para esclarecimentos sobre o caso.
- 30/09/2026: segundo o OP no Participe+, o projeto segue em licitação e contratação, com elementos técnicos em preparação.
- 01/10/2026: visita técnica do Subprefeito ao local, com representante da SP Urbanismo; no mesmo dia, chega o pedido de relatório do CONSEG, respondido nesta plenária.

Sobre os recursos: não houve realocação da verba de R\$ 700 mil. O recurso está garantido pela nota de reserva nº 29.923, vinculado ao processo, e seu andamento é publicado no Participe+. Esse valor foi pensado para iniciar o projeto; a solução estrutural depende de obra licitada na ordem de R\$ 5,6 milhões.

Sobre desapropriação: o CPM não propôs nem deliberou nenhuma desapropriação. O documento elaborado pelo Conselho apenas pergunta à Subprefeitura se existe alguma alternativa de escala territorial já estudada para o local (reservação em área pública, jardim de chuva, praça de retenção ou mesmo desapropriação) para um problema que perdura há 26 anos e, caso nenhuma tenha sido estudada, quem tem competência para estudá-la. Trata-se de uma pergunta técnica, e não de proposta de alteração que não seja consensuada com a moradora e com o poder público.

Transparência: a plataforma Participe+ reúne os dados de todos os projetos do orçamento participativo e funciona como memorial público. Sua atualização cabe à Subprefeitura, que o CPM cobra sistematicamente. Qualquer conselho ou morador pode consultá-la a qualquer tempo, e todas as deliberações do CPM constam em ata. Os projetos do orçamento participativo não pertencem a pessoas: são iniciativas do serviço público voltadas a problemas que impactam a vida de quem mora, trabalha e circula pelo território. Quando uma história pessoal ganha visibilidade, ela nos ajuda a enxergar um problema coletivo; o compromisso do CPM é sempre com o território.



O CPM recebe o interesse dos demais conselhos como sinal de que seu trabalho ganha visibilidade. O território só tem a ganhar quando os conselhos se acompanham e somam esforços. Fica o convite para que todos colaborem a partir do que cada um sabe fazer de melhor: nossas reuniões são abertas, nossos documentos são públicos e estamos à disposição para construir pautas conjuntas.

Deliberação: os conselheiros presentes manifestaram concordância com a resposta, encaminhando-se que esta ata seja enviada ao CONSEG Pinheiros como resposta oficial à solicitação recebida.

9. Plano de Bairro e mobilidade

- **Plano de Bairro:** aguarda publicação de portaria do Subprefeito autorizando a SP Urbanismo a executar o recurso. A SP Urbanismo definirá se fará licitação ou execução direta; o CPM aguarda esclarecimentos sobre o formato.
- **Traffic calming (Caminha de Amorim):** já licitado.
- **Grooving da Rua Peixoto Gomide (proposta 1396):** consta no Participe+ como executado com recursos próprios da CET. O CPM solicita informações sobre o andamento, dado que o trecho apresenta problemas de aderência e tem processo aberto.
- **Acessos à ciclovia da Marginal:** proposta não aprovada.

10. COOPAMARE

Foi apresentada ao Pleno, formalmente pela primeira vez, a interlocução que o CPM mantém há cerca de três meses com a COOPAMARE, cooperativa de reciclagem com mais de 30 anos de atuação sob o viaduto Paulo VI. Diante da solicitação de parte do terreno pela Subprefeitura para implantação de equipamento de formação, a cooperativa corria o risco de ser removida. O CPM atuou para mediar a situação, defendendo a permanência da cooperativa no território, dada a importância de seu serviço de reciclagem.

Em conversas anteriores, a maioria dos conselheiros (sem unanimidade) sinalizou disposição de destinar recursos remanescentes para obra de infraestrutura que qualifique o terreno, condicionada à existência de projeto. A Subprefeitura optou por ceder parte do terreno e desenvolveu projeto, que foi apresentado à cooperativa e bem recebido, com ajustes em curso. O investimento previsto utiliza todo o recurso remanescente de 2026, cerca de R\$ 4 milhões, e foi descrito como projeto de legado do mandato, com possibilidade de incluir um pequeno ecoponto e de ampliação do prazo de concessão à cooperativa.

Encaminhamento: o projeto será compartilhado com os conselheiros e a destinação dos recursos depende de validação formal do Pleno.

11. Pautas do território e comunicação do CPM

Em resposta a munícipe que perguntou como acompanhar as pautas, em especial as linhas de metrô previstas para Pinheiros e a Arena Pinheiros, a Mesa explicou que:

- as pautas são definidas pelos conselheiros na relação com a comunidade, a partir das demandas do Orçamento Cidadão (cerca de R\$ 10 milhões por subprefeitura) e da fiscalização dos serviços públicos no território;
- quando um tema ganha força territorial e consenso, como o metrô, o CPM o incorpora como causa, ainda que seja de competência estadual. No caso do metrô, o CPM solicitou reunião à SMUL, obteve resposta após cerca de sete meses e realizou reunião ampliada;
- a Arena Pinheiros e o Hub Pinheiros tornaram-se pauta do Conselho desde o início do mandato, por envolverem a área da própria Subprefeitura e terem levado ao cancelamento de projetos previstos. O tema vem sendo construído em rede com a SAAP e outras organizações, na Frente de Defesa de Pinheiros;
- esses desdobramentos foram pausados durante o período eleitoral e serão retomados em seguida. Pretende-se ainda realizar o seminário do Largo da Batata, provavelmente em 2027;
- a comunicação ocorre pelo Instagram, por canal no WhatsApp com boletins detalhados e pelas atas publicadas no Diário Oficial e no site da Subprefeitura.

12. Eleições do CPM e encerramento do mandato

Informou-se que as eleições do CPM para o biênio 2027–2028 ocorrerão entre os dias 11 e 14 de novembro. Haverá reunião em dezembro para consolidação de um relatório final do mandato, com todos os encaminhamentos para 2027, com o objetivo de não deixar pendências soltas para a próxima gestão.

13. Manifestações de munícipes e conselheiros

Gradil da Praça do Pôr do Sol (Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiros). Munícipe retomou a pauta do gradil instalado durante a pandemia sem projeto, consulta pública ou acompanhamento técnico, objeto de duas recomendações do Ministério Público pela retirada. Argumentou que a alegação de que o tema depende da Câmara Municipal não procede, pois o projeto de lei correspondente foi arquivado, de modo que o cercamento é irregular e a praça deve voltar a ser espaço público aberto. A Mesa reconheceu tratar-se de pendência antiga do CPM, que segue sem avanço apesar das cobranças.

Na sequência, foi questionado se os ofícios enviados ao final de 2025 sobre a legalidade da audiência pública relativa à praça haviam sido respondidos. Informou-se que a resposta da administração considerou a audiência legal, o que motivou ação junto ao Ministério Público, que pede inclusive recursos para recuperação da praça, segurança e iluminação. A Mesa lembrou que o CPM já solicitou nova audiência em outro formato e que o próprio Subprefeito reconheceu publicamente falhas naquela ocasião.

Encaminhamentos: oficiar a Subprefeitura e a Secretaria competente sobre a situação da praça, tornando o ofício público por meio de boletim; retomar a pauta como prioridade do CPM.

Ruas e rotatória no Brooklin. A conselheira Cíntia Cury relatou que, três meses após visita do Subprefeito, um morador segue sem conseguir acessar a garagem em rua de paralelepípedo danificada, e que a rotatória reformada com jardim de chuva ficou inadequada, tendo sido refeita diversas vezes. A Mesa informou que o projeto executado

corresponde ao aprovado pela CET, conforme documento público, e reforçou o pedido de que os conselheiros de cada região ajudem a monitorar as obras e levem as informações ao Pleno.

Encaminhamento: elaborar relatório de vistoria das ruas do Brooklin e de Pinheiros, com colaboração da conselheira Cíntia Cury e da munícipe Andrea Moro, para fundamentar a cobrança de nova vistoria.

Escola e Praça José Carlos Burle. Munícipe integrante da APM e do conselho da escola vizinha à praça agradeceu o empenho do CPM na obra, mas relatou que duas árvores condenadas há mais de dez anos dentro da escola só agora tiveram remoção aprovada, e que a remoção ficou mais cara e complexa após a conclusão da praça e do parquinho, sem que a empreiteira contratada disponha de profissional adequado e sem recursos disponíveis na escola. Relatou ainda conflitos com vizinhos sobre o uso da quadra escolar e a ausência da Subprefeitura em reunião convocada pela direção.

A Mesa esclareceu que a gestão escolar compete à Secretaria Municipal de Educação e a remoção de árvores em equipamentos públicos à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, cabendo à Subprefeitura papel de interlocução.

Encaminhamento: o CPM organizará reunião de mediação com a direção da escola, as secretarias competentes e a comunidade escolar.

Registro sobre a condução. Diante de mensagem recebida durante a reunião sobre tratamento impaciente a participantes, a Mesa esclareceu que não houve intenção de impaciência com ninguém, mas apenas a necessidade de cuidar do horário, uma vez que os convidados palestrantes aguardavam havia quase 30 minutos. Reforçou que a conselheira Cíntia Cury foi chamada a se manifestar em diversos momentos e que o espaço de fala permanece aberto.

14. Apresentação técnica: redes subterrâneas de energia e telecomunicações

O engenheiro Moacir Fernandes, com mais de 30 anos de atuação em redes subterrâneas na Eletropaulo, Enel e AES, apresentou um panorama da infraestrutura subterrânea em São Paulo e em Pinheiros. Os principais pontos foram:

- **Custo e regulação:** apenas 7% da rede de energia da distribuidora em São Paulo é subterrânea. A última grande expansão ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Como a regulação da ANEEL remunera apenas o investimento prudente, e a rede aérea é mais barata, as distribuidoras não enterram redes por conta própria; projetos urbanísticos de enterramento costumam ser custeados pelo poder público ou por clientes privados.
- **Quando se justifica:** a rede subterrânea se viabiliza em áreas de alta densidade de carga, como a Vila Olímpia, enterrada há cerca de cinco anos. A densidade de carga no centro de São Paulo é comparável à de Nova York. Hospitais, órgãos públicos e grandes clientes são atendidos por redes subterrâneas exclusivas, com circuitos redundantes.
- **Funcionamento e manutenção:** a rede é totalmente enterrada, em câmaras transformadoras com tampas removíveis e grelhas de ventilação, já que a legislação

municipal restringe equipamentos aflorados. Cerca de 40% da rede subterrânea opera submersa, em razão do relevo e dos fundos de vale, o que reduz a vida útil dos equipamentos.

- **Desordenamento:** a implantação histórica, sem coordenação entre serviços (saneamento, gás, iluminação, energia, telecomunicações), gerou desordem tanto no espaço aéreo quanto no subsolo. A calçada é o espaço mais disputado, com instalações irregulares a partir de 10 cm de profundidade. As redes de telecomunicações, com operadoras clandestinas e cabos abandonados, são hoje o principal fator de desorganização visual dos postes; por isso, enterrar só a rede elétrica não resolve o problema.
- **Iniciativas de ordenamento:** programa São Paulo Sem Fios (desde 2017), sistema GeoInfra da Prefeitura para aprovação de projetos, grupos de trabalho entre concessionárias e elaboração de norma nacional da ABNT para redes subterrâneas. Foi citado piloto de compartilhamento de vala entre energia e telecomunicações na Vila Olímpia.
- **Oportunidade em Pinheiros:** a Operação Urbana Faria Lima, com o Largo da Batata, já tem mais de 5 km de vias com infraestrutura civil subterrânea executada, que corresponde a cerca de 70% do custo total de um enterramento. Parte das vias já está sem fios, e outra parte tem apenas cabos de média tensão, faltando a baixa tensão. Estimou-se em cerca de R\$ 30 milhões [conferir] o investimento necessário para completar a implantação, a ser atualizado com a distribuidora e as operadoras.

O segundo convidado, Hugo Alabi [conferir - [OBS o nome dele é esse mesmo](#)], engenheiro com longa trajetória no setor elétrico e integrante de grupo da ABNT sobre normas de redes subterrâneas e compartilhamento de serviços públicos, apresentou registros de um transformador em chamas na Avenida Dr. Arnaldo e mencionou incidente recente em que uma escavação rompeu tubulação de gás. Criticou a desorganização das redes de telecomunicações e o corte de linhas fixas sem coordenação, defendeu planejamento integrado diante de eventos climáticos extremos e propôs reunião conjunta com Sabesp, Comgás e Enel voltada ao Largo da Batata.

Encaminhamentos: promover a mediação entre comunidade, distribuidora, operadoras de telecomunicações e Prefeitura para o enterramento de fios no Largo da Batata, buscando a divisão de custos; incluir módulo sobre infraestrutura subterrânea na programação do seminário do Largo da Batata. Informar SP Urbanismo que gerencia o planejamento do novo Largo da Batata e Instituto Idea, mediando a discussão.

15. Síntese dos encaminhamentos

Encaminhamento	Responsável
Mutirão de vistoria dos 12 jardins de chuva concluídos	CPM
Página de recomendações técnicas (jardins de chuva e paralelepípedo) no relatório final	CPM

Encaminhamento	Responsável
Solicitar manual técnico de restauro de paralelepípedo	CPM
Votação online sobre o alargamento de calçada na Rua Joaquim Antunes	Conselheiros
Reunião em 15 dias com SIURB, SP Urbanismo, moradora e Subprefeito sobre a Travessa Deocleciana	Mesa Coordenadora
Enviar esta ata ao CONSEG Pinheiros como resposta oficial	Mesa Coordenadora
Circular o projeto da COOPAMARE e submetê-lo à validação do Pleno	Mesa Coordenadora
Oficiar Subprefeitura e Secretaria sobre a Praça do Pôr do Sol	Mesa Coordenadora
Relatório de vistoria das ruas do Brooklin	Cíntia Cury, com apoio de Andrea Moro
Reunião de mediação sobre as árvores da escola	Mesa Coordenadora
Mediação sobre enterramento de fios no Largo da Batata	CPM
Módulo de infraestrutura subterrânea no seminário do Largo da Batata	CPM
Reunião de novembro dedicada ao OP no Participe+	Mesa Coordenadora
Publicar a ata desta reunião	Mesa Coordenadora

16. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a Coordenação agradeceu a presença de todos e encerrou a 21ª Reunião Ordinária do CPM Pinheiros. A próxima reunião ordinária será realizada em novembro de 2026.

São Paulo, 1º de outubro de 2026.

Mesa Coordenadora do Conselho Participativo Municipal de Pinheiros